

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO  
NUSAUD - NÚCLEO DE SAÚDE**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

## TERMO DE REFERÊNCIA

### Inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/2021

#### 1. OBJETO

Aquisição de materiais e medicamentos para uso no atendimento assistencial de magistrados, servidores e colaboradores do Tribunal, descritos no ANEXO I.

##### **1.2 Notas explicativas quanto ao preço estimado e escolha dos produtos**

1.2.1 - Os medicamentos de referência ou genéricos cujos preços são regulados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) têm como estimativa de preço máximo ao consumidor, extraído da página oficial do governo em <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos>.

1.2.2 - Os produtos os quais os preços não são regulados pela ANVISA o preço foi obtido através de pesquisa na internet.

1.2.3 - Os medicamentos de referência e os laboratórios dos medicamentos genéricos são indicados pela equipe médica do Tribunal.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação fundamenta-se no inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021 e justifica-se pela atividade de assistência à saúde prestada pela equipe do NUSAUD, no atendimento à demanda espontânea, proporcionando a manutenção da força de trabalho em atividade.

#### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Reconhecimento da necessidade do objeto - contratante;

3.2 - Existir recursos financeiros para custear a solução - contratante;

3.3 - A empresa contratada deve atuar no ramo de fornecimento de medicamentos e material hospitalar, além de estar habilitada para assumir o compromisso contratado.

#### 4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

a) A empresa, após receber a Nota de Empenho, estará autorizada a realizar a entrega dos produtos no endereço indicado neste Termo.

b) Após os produtos terem sua autenticidade atestada pela unidade fiscal da contratação, a empresa enviará, por meio do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (Sigeo-JT), a nota fiscal do produto.

c) Em seguida, a unidade fiscal atestará a nota fiscal e solicitará o pagamento à empresa.

#### 4.1 Efetivação da contratação

A contratação será efetivada por meio da emissão de Nota de Empenho, da qual a Contratada será comunicada, via e-mail.

#### 4.2. Recebimento do objeto

O material será recebido, definitivamente, no prazo de até 5 **(cinco) dias úteis** contados do recebimento do produto e da inserção da nota fiscal eletrônica no SEGEO-JT.

#### 4.3. Local, dias e horário de entrega

Local de entrega: Núcleo de Saúde do TRT da 17.<sup>a</sup> Região (NUSAUD), situado na **Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 1245 - 6º andar - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP 29050-335 (Acesso pela Rua Professor Belmiro Siqueira);**

Telefones de contato: (27) 3321-2477 / (27) 3185-2178.

Dias e horário: de segunda a sexta-feira, **das 13 às 18h.**

#### 4.4. Prazo de entrega

**A entrega deverá ser feita em uma única etapa e no prazo máximo de 30 (trinta) dias**, contados da data de recebimento da nota de empenho. Contudo, poderá ser aceita entrega parcial, desde que obedecidas as seguintes condições:

**a) a primeira parcela** for entregue, no máximo, **em até 30 (trinta) dias**, contados da data de recebimento da nota de empenho, e o quantitativo entregue for de, no mínimo, **50% (cinquenta por cento) da quantidade total contratada (registrada na nota de empenho); e**

**b) a parcela remanescente** for entregue, no máximo, **em até 45 (quarenta e cinco) dias** após a data de recebimento da nota de empenho.

### 5. PAGAMENTO

5.1 - A Contratada deverá realizar cadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT) e enviar, via sistema, a nota fiscal/fatura para a conferência e a realização do ateste por parte da fiscalização do Contratante, em conformidade com o ATO TRT 17.<sup>a</sup> PRESI/DIGER n.º 3/2022;

5.2 - O pagamento será efetuado em **até 5 (cinco) dias úteis**, após a entrega do objeto e do envio da Nota Fiscal no SIGEO-JT.

5.3 - No caso de entrega parcial, poderá ser dado o recebimento definitivo referente a parcela dos produtos entregues, entretanto, o prazo de pagamento à contratada começará a contar a partir da conclusão total (100%) do fornecimento do objeto.

5.4 - Ultrapassado o prazo para pagamento previsto neste contrato, por responsabilidade da CONTRATANTE, o valor devido à CONTRATADA será acrescido de atualização financeira, calculada desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, cujos juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% a.m. (meio por cento ao mês), ou 6% (seis por cento ao ano), conforme as seguintes fórmulas:

$I = (TX/100)/365$ $EM = I \times N \times VP$	Onde: I = índice de atualização financeira; TX = percentual da taxa de juros de mora anual; EM = encargos moratórios; N = número de dias entre o vencimento e a data do efetivo pagamento; e VP = valor da parcela em atraso.
--	--

## 6. FORMA E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1 - Será selecionado aquele fornecedor que propuser o menor preço tendo como parâmetro a pesquisa de preço realizada pelo do NUSAUD.

## 7. DO PREÇO / CUSTO ESTIMADO

7.1 - **Valor total estimado:** R\$ 4.846,09 (Quatro mil, oitocentos e quarenta e seis reais e nove centavos) para o fornecimento de todo o material descrito no item 1 e especificado no ANEXO deste Termo.

7.2 - **Valor a ser contratado:** o menor entre as propostas apresentadas pelas empresas, desde que menor ou igual ao valor total e unitários estimados.

## 8. HABILITAÇÃO

A contratada deverá manter atualizada a documentação exigida para contratação, comprovando sua regularidade fiscal quanto ao recolhimento do INSS (CND), o FGTS (CRF) e os Tributos Federais (CND Receita Federal), CNJ (Improbidade Administrativa e Inelegibilidade), possuir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e não ter impedimento de licitar registrado no SICAF.

## 9. SUBCONTRATAÇÃO

Não se aplica.

## 10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**10.1 - CONTRATANTE:** Manter pessoal no local e horário indicados neste Termo para receber o objeto contratado; pagar ao fornecedor o valor contratado no prazo estipulado no item 5.2.

**10.2 - CONTRATADA:** Entregar o objeto contratado no prazo determinado e no local indicado neste Termo; manter as certidões habilitatórias atualizadas; fazer contato prévio com o Núcleo de Saúde em caso de dificuldade de fornecimento de algum produto em decorrência de indisponibilidade no mercado a fim de ajustar possível substituição.

## 11. DA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP

Será adotado o critério de preferência de ME/EPP.

## 12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A presente contratação atende aos critérios sustentabilidade nas etapas de geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição dos resíduos constantes no Programa de Gerenciamento de Resíduo de Serviço de Saúde do Tribunal.

Por se tratar de resíduos classificados no grupo B do Anexo I da RDC nº 222/2018 - produtos farmacêuticos sem incompatibilidades químicas (medicamentos vencidos recepcionados ou de origem do NUSAUD - mantidos na embalagem primária), a coleta, o tratamento e a disposição resíduos são realizados pela Prefeitura Municipal de Vitória, mediante cadastro prévio do Núcleo de Saúde e por meio do telefone de abertura de chamado através no número 156.

## 13. FISCALIZAÇÃO

A unidade responsável pela fiscalização e acompanhamento da entrega será o Núcleo de Saúde (NUSAUD), por seu chefe (titular, substituto ou interino) ou por servidor designado.

## 14. REAJUSTE

Não se aplica.

## 15. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não se aplica, por não se justificar técnica e economicamente.

## 16. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

16.1 - O prazo de VALIDADE dos produtos será de, no **mínimo, 12 (doze) meses**, contados de sua entrega definitiva, assim entendida aquela da qual resultar o recebimento definitivo.

16.2 - Durante a garantia, os produtos em que forem constatados problemas deverão ser substituídos pela empresa CONTRATADA no prazo máximo de 30 dias, contados a partir da comunicação da ocorrência pelo TRT, via e-mail ou telefone;

16.3 - A CONTRATADA deverá indenizar todo e qualquer dano que possa advir, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente da utilização do produto adquirido, devendo o dano ser devidamente comprovado através de laudo técnico;

16.4 - A CONTRATADA deverá proceder ao ressarcimento integral do valor pago, sem prejuízo da aplicação das penalidades constantes do Termo de Referência, pelo produto que apresentar defeito e não for substituído/reparado em garantia no prazo de 30 dias, a contar da notificação;

16.5 - Os produtos que apresentarem defeitos durante a garantia deverão ser retirados para substituição ou reparados, ficando à disposição da contratada no seguinte local:

- Núcleo de Saúde do TRT da 17.<sup>a</sup> Região (NUSAUD), localizado na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 1245 - 6º andar - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP 29050-335 (Acesso pela Rua Professor Belmiro Siqueira). Tel.: 27-3321-2477, de segunda a sexta-feira, das 13 às 18h. E-mail [nusaud@trt17.jus.br](mailto:nusaud@trt17.jus.br).

## 17. SANÇÕES

Aplicadas em acordo às disposições expostas entre artigos 155 e 166 da Lei 14.133/2021 e quadro exposto a seguir:

Conduta	Sanção
1. Atraso na entrega do objeto, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado.	Advertência.
	Em caso de reincidência no período de 12 meses, <b>MULTA de 1% ao dia, limitada a 10%</b> sobre o valor do montante em atraso.
2. Perder condição de habilitação, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado;  3. Dar causa à inexecução parcial do contrato, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado;	Advertência.

<p>4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado</p>	<p>Em caso de reincidência no período de 24 meses, <b>MULTA de 10%</b> sobre o valor da contratação a que se referir.</p>
<p>5. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado;</p> <p>6. Dar causa à inexecução total do contrato, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado;</p> <p>7. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado;</p> <p>8. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Multa de 10%</b> sobre o valor do contrato; e</li> <li>2. <b>Impedimento de licitar</b> e contratar por 12 meses.</li> </ol>
<p>9. Apresentar declaração ou documentação falsa;</p> <p>10. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;</p> <p>13. Praticar ato lesivo previsto no <a href="#">art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.</a></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Multa de 10%</b> sobre o valor do contrato;</li> <li>2. <b>Impedimento de licitar</b> e contratar por 24 meses;</li> <li>3. <b>Declaração de inidoneidade</b> para licitar e contratar.</li> </ol>

17.1 - Se aplicada e não recolhida no prazo de 10 dias úteis (contados da notificação), a multa será inscrita como Dívida Ativa da União e cobrado mediante execução judicial.

17.2 - O atraso na entrega igual ou superior a 10 (dez) dias poderá, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, ensejar a rescisão contratual.

## 18. EXTINÇÃO DO CONTRATO

18.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de dispositivos e condições da contratação, de especificações, de projetos ou de prazos;
2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
6. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

18.2 - A extinção do contrato poderá ser:

1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

## 19. NOTIFICAÇÕES

**19.1 - Todas as notificações ocorrerão via correio eletrônico (e-mail), sendo obrigação da empresa contratada informá-lo e mantê-lo atualizado;**

**19.2 - Caberá à empresa monitorar a conta de correio eletrônico fornecida, não cabendo nenhuma alegação, por parte da contratada, de que não teve conhecimento das notificações realizadas por este TRT;**

**19.3 - As notificações deverão ser respondidas em até 3 (três) dias úteis, sendo a contagem desse prazo iniciada no primeiro dia útil seguinte ao envio do e-mail referente à notificação;**

**19.4** - A empresa deverá manter atualizado o e-mail informado à Administração. Qualquer alteração do correio eletrônico fornecido deverá ser comunicada ao Tribunal. Caso contrário, será considerada válida qualquer notificação enviada à contratada por meio do endereço eletrônico por ela indicado à Administração.

## 20. DA VIGÊNCIA

**20.1** - A contratação terá vigência de 90 (noventa) dias, contados da ciência da nota de empenho.

**20.2** - Este prazo poderá ser prorrogado mediante autorização prévia do Diretor-Geral deste Tribunal.

## 21. FORO

Para dirimir todas as questões oriundas da contratação e contrato dela decorrente, é competente o Juízo Federal da cidade de Vitória - Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Documento assinado eletronicamente por **Claudineas De Jesus Souza, Chefe de Núcleo**, em 16/06/2026, às 17:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.trt17.jus.br/principal/documentos/autenticidade> informando o código verificador **1321136** e o código CRC **86A06F5B**.

---

0000973-03.2026.5.17.0500

1321136v1